

FACULDADE DE DIREITO
— DA —
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO
DA

4.^a CADEIRA
— DO —

2.^o ANO
— DO —

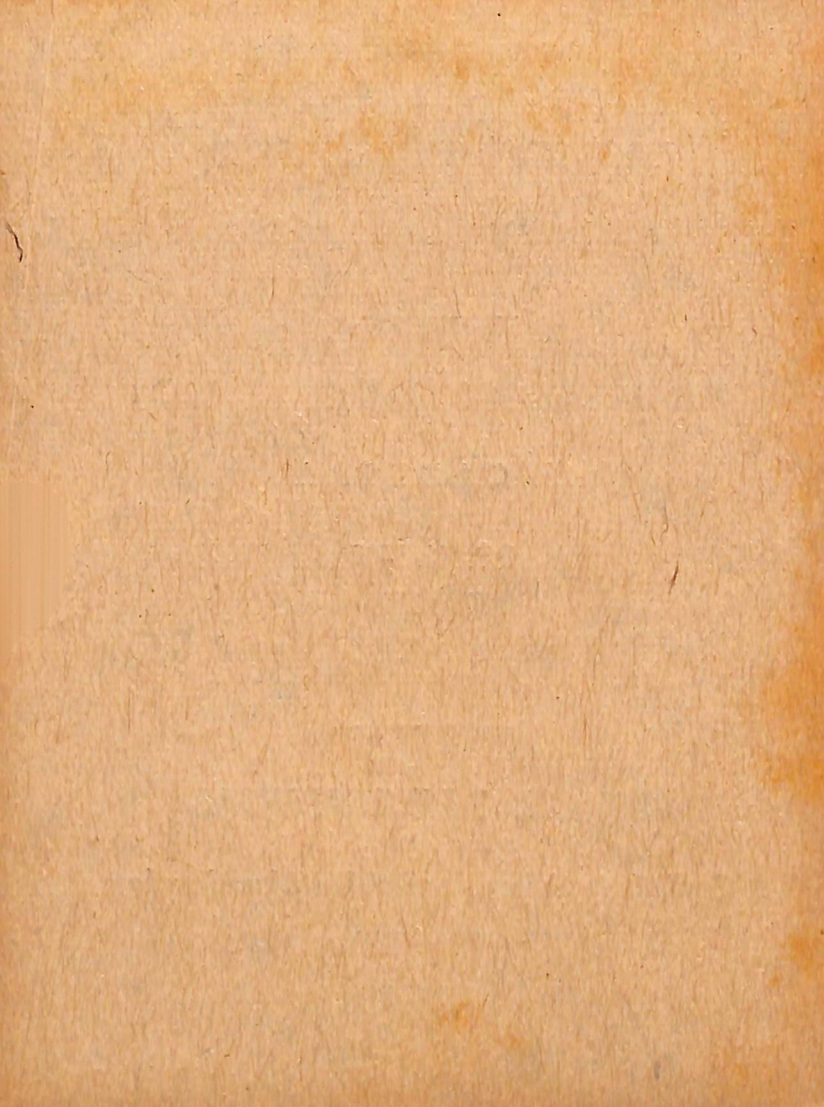
CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Prof. Luis Sebastião Guedes Alcanforado

CATEDRÁTICO

1 9 5 4



4.^a CADEIRA
DO
2.^o ANO
CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução

- 1 — Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
- 2 — Ciência das finanças, conceito. Metodologia. O problema das leis financeiras.
- 3 — Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.

- 4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.
- 6 — Literatura nacional em matéria econômico-financeira.
- 7 — Problemas e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

PARTE 1.^a

DESPESA PÚBLICA

- 8 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
- 9 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

- 10 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.
- 11 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da vida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.
- 12 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2.^a

RECEITA PÚBLICA

- 13 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 14 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade terri-

torial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

15 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.

16 — Os Monopólios fiscais.

17 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos.

18 — Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.

19 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.

20 — Contribuição especial. Conceito e fundamento.

21 — O imposto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do imposto. Função e fundamento do imposto.

- 22 — Princípios técnicos e jurídicos do imposto. Cânones de tributação. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
- 23 — Postulados econômicos e financeiro do imposto.
- 24 — Princípios administrativos do imposto.
- 25 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
- 26 — Classificação dos impostos. Imposto di-reto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 27 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de multiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
- 28 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.

- 20 — Efeitos do imposto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
- 30 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização e capitalização do imposto.
- 31 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.
- 32 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 33 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 34 — A penalidade fiscal.
- 35 — Política fiscal. Fins da política fiscal.

PARTE 3.^a

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

- 36 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.

- 37 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 4 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.
- 38 — Organização do sistema tributário brasileiro. Imposto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 39 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 40 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistema de imposto de renda.
- 41 — Imposto de renda no Brasil.
- 42 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.
- 43 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecada-

dação e fiscalização. Penalidades e recursos.

- 44 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O Imposto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
- 45 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.
- 46 — Imposto de transmissão de propriedade intervivos.
- 47 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Imposto de sucessão em Pernambuco.
- 48 — Imposto de indústria e profissão.
- 49 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.^a

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

50 — Do crédito público. Natureza e princípios.

51 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.

52 — Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.

53 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnica financeira. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.

54 — Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.

- 55 — Finança e guerra. Dívida de guerra, sua significação. Imposto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 56 — Imposto sobre os lucros extraordinários e imposto de emergência sobre o capital.

PARTE 5.^a

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

- 57 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.
- 58 — Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
- 59 — Direito orçamentário nacional.
- 60 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 61 — Preparação do orçamento. Método de

avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.

62 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.

63 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.

64 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.

65 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

66 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

67 — O contróle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.

68 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.

69 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

70 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.

71 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado.

- 72 — Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. — Janeiro de 1954.

Prof. Luiz Sebastião Guedes Alcoforado
Catedrático

